No dia 1º de outubro do corrente, o Fórum das Licenciaturas da UFSJ reuniu seus membros em reunião extraordinária para debater posicionamentos e possibilidades de ações conjuntas em resposta aos programas de militarização escolar no município de São João del-Rei e em Minas Gerais. Considerando principalmente a instituição do Programa Municipal das Escolas Cívico-Militares na Rede Municipal de Ensino de São João del-Rei, o Fórum reconheceu a mobilização exemplar de docentes, técnicos-administrativos e discentes da UFSJ na audiência pública da Câmara Municipal que ocorreu no dia 23 de setembro, discutiu propostas e fundou comissão específica para o acompanhamento permanente desse programa, destacando-se a promoção de debates nos cursos de licenciatura e o desenvolvimento de projetos de extensão para análise de experiências e diálogo com pais de alunos e responsáveis, dentre outras ações. Para saber mais sobre a militarização das escolas, leia o texto abaixo. O Fórum das Licenciaturas da UFSJ se constitui como um espaço institucionalizado e coletivo de reflexão, debate, análise e proposição de políticas de formação de professores e profissionais para atuarem na educação básica. É constituído por docentes e discentes dos 14 cursos de licenciatura da UFSJ, representantes do PIBID, CIPROF, Cátedra Paulo Freire, pessoal técnico-administrativo vinculados ao NEAD, PROAE, PROPE, PROEX e SINAC, e por representantes das redes estadual e municipal de ensino.

Histórico e questões associadas à militarização das escolas

Por Luiz Francisco Albuquerque de Miranda (DECIS) e Jacqueline Meireles (DPSIC)

A tentativa de adoção no ambiente escolar de modelos de disciplina militar não é algo novo. Há décadas propostas com essa perspectiva foram implementadas no Brasil e no exterior com resultados questionáveis. Em nosso país, durante a Ditadura Cívico-Militar, que se iniciou em 1964 e se estendeu por mais de vinte anos, várias foram as iniciativas de militarização das escolas públicas. Curiosamente, nas escolas particulares essas iniciativas foram mais brandas, pontuais e discretas. É como se a disciplina militar fosse necessária, sobretudo, para os pobres, como se na juventude das periferias urbanas existisse um potencial de violência e desordem que necessitasse ser contido com o emprego da força repressiva. Para os ricos, educação; para os pobres, coerção.

A presença de militares nas escolas é uma questão complexa, sobre a qual a sociedade brasileira está longe de um consenso. Isso ocorre, em grande parte, por incompreensões e pela falta de embasamento que sustente as diferentes posições. Existem diferentes modelos de escolas militarizadas, destacando-se três: os Colégios Militares, os Colégios Tiradentes ou da Polícia Militar e as Escolas Cívico-Militares. Os primeiros foram criados após a Proclamação da República para atender filhos de militares. São mantidos pela rede federal de ensino, vinculados ao exército e regidos por legislação própria. Os segundos surgiram em Minas Gerais em 1950 com o mesmo objetivo, mas posteriormente passaram a atender também estudantes civis. Neles, o currículo é civil (sob diretrizes da Secretaria de Estado de Educação), porém a gestão disciplinar é militar e o financiamento é compartilhado: o estado custeia professores, materiais e manutenção pedagógica, enquanto a Polícia Militar cobre as despesas dos militares. Já as Escolas Cívico-Militares caracterizam-se pela gestão compartilhada entre civis e militares, mas o financiamento é integralmente responsabilidade da pasta da Educação.

As recentes tentativas de implementar as Escolas Cívico-Militares se apoiam em indicadores dos demais modelos, seja por desconhecimento ou má-fé. Embora alguns Colégios Tiradentes tenham sido convertidos em escolas civis militarizadas, indicando certo hibridismo, a militarização de escolas públicas ganha força sobretudo no final dos anos 1990, em Goiás, a partir de iniciativas isoladas. Em janeiro de 2019 surge oficialmente a expressão “escolas cívico-militares”, criada pelo Decreto nº 9.465, que instituiu no MEC a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Em setembro do mesmo ano, o Decreto nº 10.004/2019 instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), com gestão do MEC e

financiamento via instrumentos já existentes (FNDE/PDDE e convênios), em parceria com estados e municípios.

No governo Lula, o PECIM foi extinto pelo Decreto nº 11.611/2023. Desde então, a adoção de escolas cívico-militares passou a depender de decisões estaduais e municipais. Em São Paulo, por exemplo, a Lei Complementar nº 1.398/2024 gerou intensos debates e levou, em 2025, à recomendação do Comitê de Direitos da Criança da ONU para que o Brasil reverta e proíba a militarização de escolas, por violar direitos fundamentais como a participação democrática e a cidadania ativa. Em Minas Gerais, a situação é ainda mais delicada. Sem amparo em lei específica, o governo lançou a Resolução Conjunta SEE/CBMMG nº 1/2024, instituindo a Política de Gestão Compartilhada entre a Secretaria de Educação e o Corpo de Bombeiros. Em junho de 2025, mais de 700 escolas foram pressionadas a decidir sobre a adesão ao programa em plena véspera de férias. Após reclamações, o prazo foi adiado, mas em agosto o Tribunal de Contas do Estado suspendeu a expansão, atendendo a representação da deputada Beatriz Cerqueira (PT), que questionou sua legalidade.

No âmbito municipal, destaca-se o caso de São João del-Rei, onde o Projeto de Lei nº 8.231 foi debatido em Audiência Pública realizada em setembro de 2025, com participação de docentes e estudantes da UFSJ. Apesar das controvérsias, foram rejeitadas as emendas que buscavam valorizar professores e garantir voto secreto nas assembleias. Apenas ter sido aprovada a emenda da vereadora Sinara Campos, que ajustava pontos de gestão e zoneamento escolar, a lei foi sancionada com apenas um voto contrário (Cassi) e uma abstenção (Sinara). Em todas essas experiências, sobressaem questionamentos sobre o financiamento de um modelo que retira recursos da educação para sustentar uma lógica autoritária, alheia à pedagogia e conduzida por quem não tem formação em educação. A resistência à militarização não significa restringir a escolha das famílias, mas garantir que elas tenham boas opções. Muitas defendem o modelo cívico-militar porque ele é apresentado como solução para problemas antigos, como violência e baixa qualidade do ensino. Mas, as escolas cívico-militares seriam, de fato, a resposta para o problema da disciplina escolar?

Os planejadores educacionais da Ditadura de 1964 propuseram uma série de medidas para modelar as escolas públicas a partir das referências do Regime autoritário. Lembremos algumas: diminuíram as aulas de História e Geografia e criaram disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira (OSPB), e instauraram práticas cotidianas que visavam estimular um nacionalismo condizente com a vivência em quarteis. Antes do início das aulas, por exemplo, enfileiravam-se os estudantes como se fossem soldados para ouvir e cantar o Hino Nacional diante da bandeira brasileira, entre outras músicas afeitas ao Regime. Essas iniciativas resultaram em escolas mais eficientes e disciplinadas? Provavelmente não, ainda que a resposta seja difícil porque a ditadura desmantelou os órgãos responsáveis pela realização desse tipo de análise. Talvez a melhor indicação de que esse modelo escolar malogrou foi a sua ampla recusa nas reformas educacionais do período democrático. Nas décadas de 1980-1990, quando era bem viva a memória do modelo escolar militar, estava claro como ele tinha fracassado na tentativa de formar jovens instruídos, responsáveis e pacíficos.

Essa memória, infelizmente, se dissipou desde então. Isto deriva da própria dificuldade de as propostas democráticas de educação resolverem os problemas que as propostas autoritárias também não resolveram, a saber: a constituição de uma escola pacífica, bem ordenada e eficiente. Sendo assim, voltam as velhas ideias: inventar disciplinas cívicas, enfileirar os alunos para ouvir o Hino, exigir certos cortes de cabelo, discursos enérgicos sobre ordem... Enfim, tudo aquilo já experimentado no passado. Entendemos que é previso romper com esse ciclo vicioso e evitar repetir antigas fórmulas autoritárias. Precisamos ir além do que já fizemos com resultados duvidosos. Um modelo militar de educação simplesmente não pode ser reproduzido com eficácia na escola civil. Trata-se de uma estrutura disciplinar criada para adultos, aplicado com eficiência em adultos e praticamente incompreensível para crianças de nove ou dez anos, ou mesmo para adolescentes de onze ou doze. Suas cerimônias, a rigidez que ele exige, os significados de seus símbolos, não são compatíveis com as fases iniciais da vida dos seres humanos. Professoras e professores sabem que, no caso dos muito jovens, introduzir noções de civismo, responsabilidade social e ordem públicas exige procedimentos específicos, adequados para cada idade, totalmente diversos da experiência do soldado no quartel.

Por outro lado, o que ocorre com a introdução de militares e polícias dentro do ambiente escolar? Esses profissionais, preparados para lidar com situações de contenção da violência, tendem a operar com as crianças e os adolescentes mais inquietos como se fossem criminosos ou soldados rebeldes, pois foram preparados e treinados para operar dessa forma. Em nossa região, já verificamos problemas desse gênero em escolas cívico-militares, pois os policiais e militares não têm a formação adequada para atuar em

ambiente escolar, não estão acostumados com crianças e adolescentes muito jovens e, ao serem introduzidos na escola, não são preparados para tal.O que se espera quando se introduz na escola alguém preparado e treinado para usar a força? Espera-se que as crianças e jovens tenham medo dele? O que ele pode fazer, em termos disciplinares, que uma professora ou um professor não pode fazer? Trata-se de amedrontar e intimidar os nossos jovens e nossas crianças com a representação da força? Se assim for, educaremos, principalmente, pelo medo e pela ameaça. É isso que queremos para os nossos filhos? Queremos ameaçá-los?

Por essas razões, defendemos que quem entende de escola é o professor e a professora. Para ser bom educador, é preciso viver na escola anos e anos, conhecer seus problemas cotidianos, estudar e se preparar para lidar com crianças e adolescentes. Se queremos melhorar a disciplina escolar, vamos dar melhores condições de trabalho para quem entende do assunto e não inventar um fato novo apenas para fingir que estamos enfrentando o problema. Só o especialista em educação, com anos de reflexão e experiência, é capaz de encontrar a melhor solução para a disciplina escolar. Existem alternativas mais democráticas e pedagógicas para enfrentar essas questões. Como exemplo, o **c**umprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, valorizando essas contribuições e combatendo o racismo escolar, bem como da Lei 13.935/2019, que prevê a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas para ajudar a prevenir e enfrentar a violência.

Se essas alternativas forem conhecidas e fortalecidas, muitas famílias podem rever sua defesa da militarização. Afinal, poucas escolheriam ver seus filhos crescerem em um ambiente autoritário, pautado na obediência cega e no medo, em vez de uma escola democrática, baseada no diálogo, na convivência saudável, na diversidade e na valorização dos professores. Para usarmos de analogia, quando sua geladeira para de funcionar, você não chama o sapateiro. Se a escola tem problemas, vamos potencializar a docência para resolvê-los. Militares e policiais têm outras funções importantes na sociedade.